



# A ALCA E O BRASIL: MAIS RISCOS QUE OPORTUNIDADES

*FREE TRADE AREA OF THE AMERICAS (FTAA); AND BRAZIL: MORE  
RISKS THAN OPPORTUNITIES*

Fernando J. Cardim de Carvalho

*Professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IE/UFRJ*

*Rua Pasteur, 259*

*Rio de Janeiro – RJ*

*CEP 22290-080*

*E-mail: [fjccarvalho@uol.com.br](mailto:fjccarvalho@uol.com.br)*



As negociações em torno da criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) passam atualmente por sua fase mais decisiva. Embora a criação da Alca tenha sido aceita em princípio por todos os países dos três continentes americanos (exceto Cuba) há cerca de dez anos, as discussões se aceleraram apenas recentemente, com a aproximação da data originalmente marcada para a conclusão dos acordos necessários.

A Alca sempre representou para o Brasil mais riscos do que promessas. Mesmo que os países mais desenvolvidos envolvidos, como os Estados Unidos e o Canadá, particularmente os primeiros, estivessem realmente dispostos a abrir suas economias, sem lançar mão de artifícios como o uso abusivo e indevido de regras sanitárias, dispositivos *anti-dumping* etc., o que é claramente falso, a liberalização comercial envolvida na criação de uma área de livre comércio traria consigo graves ameaças a economias como a brasileira, suficientemente desenvolvida e diversificada para possuir um amplo parque produtivo, mas, por outro lado, também atrasada o suficiente para ter poucas chances de enfrentar americanos em competição direta.

A estratégia brasileira nos primeiros anos, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, parece ter se resumido a fingir-se de morto e adiar o mais possível a tomada de decisões mais definidas. Essa postura teria sido, provavelmente, a mais adequada tivesse o País aproveitado o período para preparar-se por meio da adoção de políticas industriais eficazes para a competição. No entanto, como se sabe, o governo Cardoso foi marcado, no que se refere a políticas industriais, pela completa paralisia, refletida em grande parte no desempenho de extrema mediocridade que caracterizou, mais do que qualquer outro aspecto, a longa presença de Fernando Henrique Cardoso no mais alto posto da nação. O prolongamento das negociações acabou sendo apenas tempo perdido, encontrando-se a economia brasileira em 2003 tão vulnerável à competição direta quanto antes.

A maioria dos outros países das Américas Central e do Sul, ao contrário do Brasil, é especializada na produção de poucos itens, normalmente intensivos em algum recurso natural abundante em seu território. Mesmo economias como a chilena, modelo que instituições financeiras multilaterais tentam insistentemente vender a outros países da região, afinal, não têm setor industrial relevante. Outros países, como o México, aceitaram basear grande parte de sua economia na atividade de empresas chamadas de *maquiadoras*, que,

como o próprio nome indica, são apenas formas de baratear a produção de empresas norte-americanas que se instalam ao longo da fronteira mexicana para suprir o próprio mercado americano.

Neste quadro, o Brasil é certamente uma exceção, pelo parque produtivo diversificado que possui, e a Alca é, potencialmente, uma ameaça, exceto para alguns poucos setores, como o agrícola, que, na ausência dos artifícios mencionados para bloquear importações e proteger os produtores domésticos adotados nos países da América do Norte, já são competitivos de acordo com padrões internacionais.

Se os interesses do País no processo da Alca já eram, em si, dúbios, a situação tornou-se ainda mais desfavorável na administração Bush e, mais particularmente, depois do 11 de setembro de 2001. Os ataques terroristas de 11 de setembro, traumáticos como foram para todo o mundo, levaram a uma mudança radical de comportamento dos Estados Unidos em suas relações com outros países. Para muitos, os ataques serviram de pretexto para que a unipolaridade em termos de poder resultante do fim da União Soviética e da guerra fria se mostrasse em sua forma mais rude, mas ao mesmo tempo mais incontestável. A nova política externa americana foi expressa pelo próprio presidente Bush, ao resumi-la na frase: quem não está conosco, está contra nós. A afirmação, já em si problemática quando se tem em vista que serviu de justificção não apenas para a tomada de medidas defensivas legítimas contra novos ataques terroristas, mas também para justificar ações sem qualquer relação com a ameaça do fundamentalismo islâmico, como a invasão do Iraque, é ainda mais difícil de aceitar quando se refere a negociações comerciais. No entanto, é esse exatamente o espírito óbvio de declaração semelhante feita pelo responsável pelas negociações comerciais pelo governo americano, Robert Zoellick, quando disse que, se o Brasil não quisesse fazer parte da Alca, só lhe restaria negociar com a Antártida.

Infelizmente, para toda a comunidade internacional, o governo Bush passou a confundir liderança com comando, quando o país mais poderoso emite instruções a serem seguidas pelos outros países, que não são respeitados como parceiros e sim tratados como protetorados. O unilateralismo americano começa a custar caro, infelizmente também pelo caminho mais lamentável, que é o custo em vidas perdidas pelos Estados Unidos com a invasão do Iraque, contra a opinião internacional. A resistência francesa e alemã contra a agressividade com que o governo americano tentou forçar o Conselho de Segurança da ONU a seguir suas ordens, tão ridicularizada à época pelos subservientes de sempre, é hoje reconhecida como sensata pelos próprios Estados Unidos, que voltaram a buscar o apoio das Nações Unidas. A resistência

da diplomacia brasileira à tentativa do governo americano de impor sua agenda à Alca foi objeto recentemente do mesmo esforço de ridicularização, chegando uma revista local a caricaturar a postura do Itamaraty como um confronto entre uma águia e um pinto.

O Itamaraty está se comportando com a dignidade necessária a um país com um mínimo de auto-estima. Mas não é apenas dignidade que está em jogo. É também uma questão de eficácia, tanto em termos de objetivos finais, que como argumentado envolvem grandes riscos para o Brasil, mas também em termos de negociação. Um negociador não pode abrir mão de sua arma maior, que é, em última análise, a disposição de abandonar um processo de negociação em que apenas um dos lados quer todas as vantagens, como tem sido o processo da Alca. Isso não significa hostilizar um parceiro importante, com quem o Brasil tem relações muito próximas desde sempre. Os Estados Unidos estão em permanente conflito com a União Européia em inúmeros pontos, e nem por isso se sugere à União Européia ir negociar com o Pólo Norte. O Brasil tem razão em negociar duramente, porque a negociação não é dirigida *contra* nenhum país, mas sim *a favor* do interesse permanente do País.

